

# Nova denúncia contra Ignacio

**O ex-governador, a sua mulher e o ex-vice Celso Vasconcellos são acusados de desvio de verba**

O procurador do Ministério Público Federal (MPF) Carlos Fernando Mazzoco protocolou ontem na 7ª Vara Federal uma ação de improbidade administrativa contra o ex-governador José Ignacio Ferreira, a sua mulher, a ex-primeira-dama Maria Helena Ferreira, e o ex-vice-governador Celso Vasconcellos.

Eles são acusados de terem contratado parentes, amigos e cabos eleitorais para trabalhar no gabinete do então vice-governador no período de 2000 a 2001.

Segundo a denúncia, os contratados eram pagos com recursos desviado do convênio nº 25/99, do governo do Estado com o Ministério do Trabalho. O recurso era oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Na ação, o procurador acusa os três de "malversação de verbas públicas federais". O esquema denunciado revela, ainda, que os trabalhadores eram admitidos pela Fundação Centroleste que, por sua vez, assinou um convênio na época com a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (Setas).

A ex-primeira-dama respondia pela pasta no período em que foram registrados os fatos.

No documento, o procurador explica que os recursos do FAT deveriam ter sido utilizados para o treinamento de trabalhadores e não para o emprego de amigos, cabos eleitorais e parentes dos acusados.

O MPF reforça, também, que todos os contratados trabalharam na campanha eleitoral do



O nome do ex-governador José Ignacio Ferreira consta na denúncia feita pelo Ministério Público

ex-governador José Ignacio e Celso Vasconcellos.

O próprio ex-vice-governador confirmou em depoimento ao Ministério Público que muitos dos contratados eram seus familiares, revelou Mazzoco na denúncia.

Na apuração do MPF, cerca de 32 contratados são parentes do ex-vice-governador. Juntando os salários de dois irmãos de Vasconcellos, mais a sua ex-mulher e primos, a renda da família ultrapassava a casa dos R\$ 15 mil.

Mesmo não tendo uma legislação específica sobre nepotismo, o procurador afirma que o grupo infringiu os princípios da impessoalidade e da moralidade, privilegiando o interesse individual em detrimento do interesse coletivo.

Os acusados terão 15 dias após a citação do juiz para se defender. A cada um deles, o procurador pediu que seja aplicada uma multa de R\$ 1 milhão, suspensão dos direitos políticos por um período de cinco anos e proibição de contratar com o poder público.

## Vice teria contratado 32

O Ministério Público Federal (MPF) afirma que só no gabinete do ex-vice-governador Celso Vasconcellos teriam sido contratados, no período de 2000 a 2001, 32 parentes dele.

O procurador da República Carlos Fernando Mazzoco revela que o próprio ex-vice-governador confirmou a informação num depoimento tomado na Procuradoria da República.

Os salários dos parentes de Vasconcellos, juntos, chegavam a mais de R\$ 15 mil.

Entre os possíveis beneficiados, que teriam tido salários pagos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), estariam dois irmãos de Celso Vasconcellos. Os vencimentos, segundo a denúncia, eram de R\$ 3 mil para cada um.

O MPF apurou, Celso: desconhecimento

ainda, que Vasconcellos empregou sua ex-mulher, um cunhado, uma sobrinha e primos.

Segundo o MPF, muitos não cumpriam a jornada de trabalho ou não compareciam à repartição para trabalhar.

"Resta, portanto, demonstrado, o modo como o senhor Celso Vasconcellos se utilizou do dinheiro público para sanar favores devidos na campanha e

empregar a família", alerta a ação do MPF.

### DEFESA

O ex-vice-governador, por sua vez, disse ontem que desconhecia a ação e as acusações. Afirmou também que não tem advogado constituído para o caso e que só vai se manifestar após conhecer os autos do processo.



ARQUIVO/AT

## O outro lado

O advogado Nelson Aguiar – que atua na defesa do ex-governador José Ignacio Ferreira – afirmou ontem que até agora nenhuma acusação contra o ex-chefe do Executivo estadual foi provada.

Nelson Aguiar disse que nenhum ato irregular foi praticado por José Ignacio. "Não está provado nada contra José Ignacio. Essa fundação (Centroleste) foi contratada. Agora, o ex-governador não pode ser responsabilizado por algo que não cometeu", destacou.

Segundo Nelson Aguiar, o governador não faz ato administrativo. "O governador José Ignacio não pratica ato de improbidade administrativa. Ele pratica ato de gestão. Ele nomeia as pessoas, mas não pode ser responsável por possíveis desvios que outras pessoas teriam cometido", afirmou.

"Estou atuando há muito tempo nos casos e já li mais de 60 mil peças. Não adianta querer colocar José Ignacio no banco do crime organizado. Ele é advogado, atuou na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como promotor de Justiça e tem uma história. É uma crueldade o que estão fazendo com ele, destruindo a imagem de um político com esse perfil", defendeu Nelson Aguiar.

ARQUIVO/AT



Aguiar: "Não há crime"

**Os alunos da Contec estão perdendo os cabelos com o resultado da 2ª etapa do Vest-Ules.**

**4** primeiros lugares

**3** segundos lugares

**2** entre os **4** primeiros em Ciências Sociais

Aprovação em **todas** as Engenharias

**3º ano** aprovação em TODAS as áreas

Aprovação no ITA, USP, EFOMM, UFF, UFOP.

Em 2005, cursos avançados em Biomédicas, Exatas e Humanas.

**BOLSÃO**  
12 de Fevereiro

**CONTEC**  
**PRÉ**  
Passou, respon.  
3222-7300